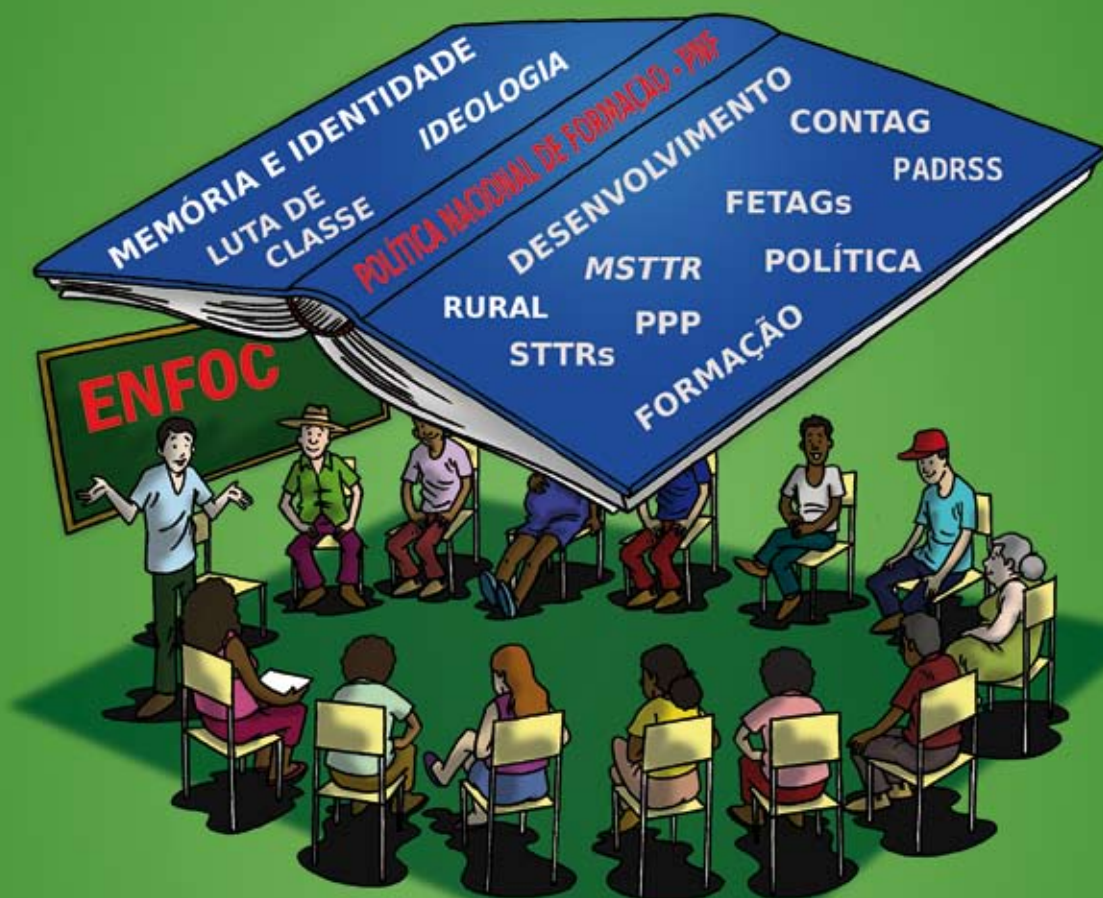


POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO



- PNF -

CONTAG
FILIADA À **CUT**

Política Nacional de Formação

- PNF -

2ª EDIÇÃO

Agosto/2008



APOIO:



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
SMPW - Quadra 01 Conjunto 02 Lote 02 - CEP: 71735-102
Núcleo Bandeirante - DF
Tel.: 61 2102-2288 - Fax: 61 2102-2299
contag@contag.org.br
www.contag.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG

Presidente

Manoel José dos Santos

1º Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais

Alberto Ercílio Broch

Secretário Geral

David Wylkerson Rodrigues de Souza

Secretário de Finanças e Administração

Juraci Moreira Souto

Secretária de Formação e Organização Sindical

Raimunda Celestina de Mascena

Secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais

Antônio Lucas Filho

Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente

Paulo de Tarso Caralo

Secretário de Política Agrícola

Antoninho Rovaris

Secretária de Política Social

Alessandra da Costa Lunas

Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Carmen Helena Ferreira Foro

Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Maria Elenice Anastácio

Conselho Fiscal

Ademir Mueller

Elizete Kronbauer Hintz

Francisco Sales de Oliveira

Política Nacional de Formação - PNF, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG/Escola Nacional de Formação - ENFOC / Secretaria de Formação e Organização Sindical, Núcleo Bandeirante/DF, 2008.

1. Trajetória da Formação Sindical

2. Relação entre Formação e Organização Sindical

3. A Política Nacional de Formação – PNF

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

ASSESSORIA DA CONTAG

Adriana Borba Fetzner
Amarildo Carvalho de Souza
Ana Maria Krigner Pompeu
Armando Santos Neto
Cléia Anice da Mota Porto
Décio Lauri Sieb
Edson Barbeiro Campos
Eliene Novaes Rocha
Evandro José Morello
Fani Mamede
Iara Duarte Lins
Ivaneck Perez Alves
Jeová Simões
Luiz Vicente Facco
Maria do Socorro Sousa
Marleide Barbosa de Souza
Paulo de Oliveira Poleze
Raimunda Oliveira Silva
Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva
Rodrigo Silva Leal
Ronaldo Ramos
Sara Deolinda Cardoso Pimenta
Zeke Beze Júnior

EXPEDIENTE

Textos - Secretaria de Formação e Organização Sindical

Coordenação - Raimunda Celestina de Mascena

Revisão: Adriana Borba Fetzner

Capa / Ilustração - Cacá Soares

Desenhos - Olho Vivo no dinheiro público - CGU

Diagramação - Fernando José de Sousa

Produção Editorial - Contag

SUMÁRIO

I – Parte

Trajetória da Formação Sindical	10
Relação entre Formação e Organização Sindical	16

II – Parte

A Política Nacional de Formação – PNF	18
Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS	21
Projeto Político Pedagógico – PPP	23
Os Princípios que norteiam a PNF	24
As modalidades formativas	25

III – Parte

Fluxograma da Estratégia político-pedagógica e dos espaços de proposição, deliberação, gestão da PNF	28
Bibliografia	31

APRESENTAÇÃO

Esta Cartilha é uma contribuição da Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG para o processo educativo do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES, desenvolvido pela CONTAG e FEDERAÇÕES, por meio das Secretarias de Finanças e Administração.

A primeira parte conta a trajetória da construção das concepções formativas que deram características à formação sindical da CONTAG e da relação indivisível: formação-organização sindical. A segunda parte trata da Política Nacional de Formação Sindical – PNF, dando ênfase aos fundamentos – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, Projeto Político Pedagógico – PPP, aos princípios e modalidades formativas. Ao final apresenta, em forma de fluxograma, as estratégias política, pedagógica e os espaços de deliberação e gestão da PNF.

Nossa expectativa é estimular, junto às organizações dos trabalhadores/as:

- reflexões que ajudem ao conjunto do MSTTR compreender a PNF como referencial político e pedagógico para a ação sindical cotidiana;
- o fortalecimento da organicidade entre as instâncias do MSTTR (CONTAG, FETAGs E STTRs) no desenvolvimento de políticas estratégicas para a categoria;
- a consolidação da PNF enquanto referencial político e pedagógico articulado nacionalmente;
- a dinamização da ação sindical e contribuir para a transformação da sociedade e emancipação dos sujeitos.

Não é pretensão reproduzir aqui a riqueza dos debates e reflexões feitas sobre a PNF, por meio do ENAFOR e da Escola Nacional de Formação Político-Sindical da CONTAG – ENFOC. Mas sim “agrupar” as idéias de modo a evidenciar: os sujeitos e suas práticas, os aspectos políticos e pedagógicos das abordagens e dos conteúdos, para ajudar as companheiras e companheiros refletirem, durante o processo de capacitação do PNFES, sobre a importância da PNF no processo formativo, ressaltando sua intencionalidade política e integralidade pedagógica.

Aos interessados em aprofundar essa discussão, recomenda-se a leitura dos textos da Política Nacional de Formação – PNF, Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRSS, e do Projeto Político Pedagógico – PPP, pois são materiais que aprofundam a leitura dos temas aqui abordados.

Gostaríamos que as companheiras e companheiros (diretores/as e assessores/as), fossem ao mesmo tempo experimentando-a enquanto recurso pedagógico, formulando as recomendações para o seu aprimoramento.

RAIMUNDA CELESTINA DE MASCENA
Secretária de Formação e Organização Sindical da Contag



TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO SINDICAL

Para compreender esse universo chamado de formação sindical do **MSTTR** é importante fazer um “passeio” pelas diferentes concepções que deram contornos à prática formativa, influenciaram formas e abordagens, e que foram atribuindo “lugar e importância” à formação no interior das organizações do **MSTTR**.

Para facilitar o entendimento consideraremos cinco fases. Em cada uma delas explicitaremos a concepção, as características mais marcantes, períodos e referenciais metodológicos.

Primeira fase – anterior à fundação da CONTAG (anos 40 e 50), período de forte expansão da **concepção comunista** no mundo, enfatizando que os operários seriam os grandes protagonistas das transformações sociais. Era a **influência do marxismo clássico**, do partido comunista e do **anarco-sindicalismo**, que embora sem grandes repercussões em organizações do campo, influenciavam a concepção dos comunistas com as idéias revolucionárias: transformação da sociedade e formação de novas mentalidades. Os comunistas, articulando as lutas operária e camponesa, impulsionam camponeses a lutarem contra a meia, os despejos e pela regularização fundiária. A dimensão politizadora da luta demandava articular a organização dos trabalhadores às lutas gerais. Surge daí a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – **ULTAB** - com missão de articular as demandas do campo. Unificar nacionalmente a luta passou a ser prioridade para as organizações de esquerda que atuavam no campo. Uma das principais estratégias era a realização de atividades como cursos, palestras e treinamentos para formação de quadros.

Muitas lideranças, mobilizadas pelas idéias do anarco-sindicalismo e dos comunistas se embrenharam na luta pela igualdade de direitos e defenderam a livre organização dos trabalhadores. As Ligas Camponesas, que consolidavam-se e expandiam-se, exerceram papel importante neste período. Foram responsáveis pela organização de muitos sindicatos e associações de lavradores. A Igreja conservadora mobilizava-se na contagem para organizar os camponeses e assim impedir que o comunismo avançasse no campo.

Num segundo momento - fundação da CONTAG (início dos anos 1960). A Contag nasceu acolhendo, em seu interior, diversas concepções e correntes de pensamento, de setores mais à direita da igreja conservadora aos comunistas. Característica que guarda até hoje: articular uma diversidade ideológica, regional e produtiva.

Uma das estratégias foi organizar uma equipe de “educadores sindicais”, para atuar na

formação de lideranças e ampliar a fundação e consolidação das entidades sindicais. Cabe aqui ressaltar que existiam dois processos: um legalmente constituído influenciado pela **concepção tecnicista e corporativista** orientada e financiada pelo Ministério do Trabalho, com curso de orientação sindical para dirigentes (administração, legislação, serviços de assistência jurídica) e serviços recreativos e desportistas para trabalhadores sindicalizados; e outro processo de formação de base desenvolvido pelas lideranças e dirigentes que articulados às organizações de apoio aos camponeses, como as pastorais da Igreja progressista, eram influenciados pelos princípios da **Educação Popular na abordagem freiriana e da teologia da libertação**.

Coexistiram então duas concepções, embora com significativas diferenças. A tecnicista do pragmatismo político da transmissão do conhecimento e a educação popular, com abordagem crítica e criadora, estimulando leitura sobre a realidade política e potencialidade organizativa dos trabalhadores, valorizando-os como agentes de mudança.

O terceiro momento – foi o da resistência à ditadura militar. Os esforços eram para consolidar uma estrutura sindical nacional e garantir autonomia política em relação ao governo militar.

Duas estratégias formativas foram desenvolvidas: a formação de lideranças para resistir à ditadura e aos interventores, e a conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos. Evidenciou-se internamente dois grupos: um ligado ao Ministério do Trabalho e outro às organizações de apoio aos camponeses, críticos às políticas do governo militar.

Os instrumentos de comunicação também cumpriam papel formativo. Nos periódicos “O Trabalhador Rural” se pautava temas relacionados às conquistas dos trabalhadores, como incentivo à luta e subsidiavam as discussões entre os trabalhadores durante as atividades formativas desenvolvidas pelas equipes de “educadores sindicais”. O referencial metodológico centrava-se em cursos para dirigentes e trabalhadores/as de base sobre legislação trabalhista, questões agrárias, estatuto da terra, cooperativismo e administração sindical. Usavam-se diferentes linguagens, como sociodrama, literatura de cordel, poesias. Eram algumas das formas de expressar o conteúdo desejado sem que fosse interpretado como ofensa ao governo e à ordem pública.

O quarto momento caracterizou-se pela retomada e ampliação da luta (1980-2000). Este período foi intenso sindicalmente. Com a **redemocratização do País** as organizações dos trabalhadores/as, especialmente o **MSTTR**, tiveram presença marcante nas ruas, reivindicando políticas para o campo e denunciando a exploração dos trabalhadores/as. Ao mesmo tempo a globalização e a agenda neoliberal aprofundam e expandem suas estratégias. Ampliam-se, internamente no **MSTTR**, equipes educacionais nas Federações

e Sindicatos para intensificar a conscientização dos trabalhadores/as sobre direitos, por meio de realização de cursos, palestras, reuniões para discutir: legislação trabalhista, cooperativismo e administração sindical. As demandas e a ação se diversificam. As exigências para uma atuação local aumentam.

Para dar conta das demandas, a estratégia do **Programa de Desenvolvimento Local Sustentável - PDLS** - foca na dinamização da ação sindical local -, com intervenção em espaços de gestão e formulação de políticas públicas. A pesquisa **CUT** e **CONTAG** de formação e organização sindical constrói diagnóstico sobre a organização sindical - potencialidades e fragilidades - e sobre o campo e suas diferentes dinâmicas de Desenvolvimento até chegar na construção do **PADRSS**, que é atualmente a nossa projeção política para um horizonte maior.

A criação das Secretarias específicas diversifica o lugar da formação: todas as secretarias são responsáveis pelo desenvolvimento de ações formativas na temática específica. A incorporação das temáticas de gênero e geração (juventude e terceira idade) dinamiza o “mundo sindical” com o protagonismo desses sujeitos.

A Formação desenvolvida pelas diferentes secretarias, **conjuga aspectos da concepção da educação popular freiriana e tecnicista da administração sindical**. E também articula dimensões do específico com o geral, do político estratégico com o conjuntural, do humano - considerando os sujeitos individuais e coletivos e suas práticas.

Encontramos então um **quinto momento - o início da construção da Política Nacional de Formação (2000 em diante)**. Apesar de em períodos anteriores os Congressos deliberarem pela construção de uma Política Nacional de Formação, é somente a partir de 2000 que essa demanda se evidencia de forma articulada e junto a ela outras demandas decorrentes como: atualização do **PADRSS** e construção do **Projeto Político Pedagógico – PPP**, da afirmação da pluralidade de idéias e incorporação de novos sujeitos; de aprofundamento da formação, construção de estratégia de articulação e fortalecimento da ação sindical. A ênfase é a **transformação da sociedade e emancipação dos sujeitos**. Este quinto momento se referencia, em parte, pela **concepção Marxista** quando trás os referenciais políticos ideológicos: visão de mundo e transformação da sociedade, e pela **educação popular**, que também chamamos de pedagogia da formação humana, quando expressa a valorização dos sujeitos individuais e coletivos e sua emancipação cidadã.

Na construção dessa Política alguns passos foram dados: a realização do Encontro Nacional de Formação – **ENAFOR** é uma delas. Neste encontro, que se orientou pelo mote **“por uma política nacional de formação”** procurou-se construir um diagnóstico

da formação do **MSTTR** e estabelecer diálogos com outras experiências formativas realizadas por entidades parceiras.

O **ENAFOR** evidenciou muitos desafios vejamos alguns deles:

- a política nacional de formação precisa articular das demandas mais amplas às lutas do cotidiano sindical;
- retomar a formação de base e dos dirigentes para atuarem dentro desse contexto e no fortalecimento do **PADRSS**;
- construir um projeto político pedagógico que tenha como centro a visão de mundo e a formação humana - na perspectiva política, social, educacional e profissional;
- fortalecer os espaços formativos dos Sindicatos, Federações e na **CONTAG**;
- construir a Escola Nacional de Formação político-sindical – **ENFOC**, tornando-a principal instrumento na efetivação das demandas relacionadas à formação político-sindical e potencializadora das ações formativas desenvolvidas pelas secretarias específicas articulando-as e dinamizando-as;
- o referencial metodológico deve ser a formação continuada por meio de cursos de formação político-sindical que retome o debate sobre os sujeitos e suas especificidades, o campo e sua diversidade, e conjugue formação política ideológica com formação temática e auto-formação.

Um outro passo foi a experiência da **ENFOC**, que possibilitou ao mesmo tempo construir e experimentar os referenciais político e pedagógico-metodológicos. Passado o primeiro ciclo, realizado nacional e regionalmente, que englobou o curso de formação político-sindical em concepção, prática sindical e metodologia da formação, percebe-se que essa reflexão contribuiu para redimensionar os espaços e tempos de formação e suas inter-relações.

Ficou evidente a urgência pela construção da Política Nacional de Formação – **PNF** - e do Projeto Político Pedagógico – **PPP** - para orientar a ação formativa por referenciais pedagógico-metodológicos comuns, assim como acontece com o **PADRSS** na luta sindical mais geral. A vivência apontou aspectos políticos e pedagógicos a serem considerados tanto para o Projeto Político Pedagógico – **PPP** - como para a Política Nacional de Formação – **PNF**.

Pretende-se que a lógica formativa estruturada na **PNF** e suas abordagens política e pedagógico-metodológica se tornem prática efetiva em todas as ações formativas independentemente do lugar em que elas aconteçam.



PARA REFLETIR...

- a) Como o sindicato que você participa viveu estes momentos da história?
- b) Quais eram as principais lutas em cada período?
- c) Quais/qual das concepções acima relacionadas orienta/orientam a formação sindical no Sindicato hoje?

ASSEMBLÉIA DO SINDICATO



RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Para que esta relação seja compreendida é importante entender primeiramente o que formação e o que é organização. No **MSTTR** a formação é ao mesmo tempo meio e fim. Meio porque ela é um instrumento a serviço da ação sindical. E fim, porque ela, enquanto instrumento da ação, assume enquanto missão política o fortalecimento da luta sindical. Ou seja, ela toma para si a prática sindical, reflete sobre ela e reorienta. Na formação a perspectiva é de crítica e auto-crítica, pois “neste lugar” a relação dialética prática-teoria-prática se evidencia efetivamente. Portanto a formação está a serviço da implementação do **PADRSS**, não se confundindo como espaço de mera aplicação de conhecimentos adquiridos e sim, de reconstrução da mística de mudança social, passando pelo resgate das lutas, gestos, símbolos e atitudes de revitalização permanente do horizonte utópico, que combine o sonho de uma sociedade nova e o compromisso com construção desde agora.

A organização sindical é um meio para que a luta coletiva aconteça, não podendo nunca ser confundida como fim em si mesma, pois ela esta a serviço da luta geral da categoria. Deve ser concebida para viabilizar fluxo de informações entre as instâncias (**CONTAG, FEDERAÇÕES e STTRs**), dinamizar a relação entre direção e base favorecendo, assim, a implementação do PADRSS nas diferentes frentes de lutas. Deve ser dinâmica, democrática e transparente na gestão sindical e eficiente nas respostas às demandas da categoria.

A formação e a organização se constituem em uma relação indivisível. O resgate e o fortalecimento de um dos dois pólos dessa relação remetem necessariamente ao outro. Ambos são espaços e instrumentos de lutas. Por isso dizemos nas andanças, que a formação é um lugar de reflexão sobre a prática sindical e que as organizações sindicais são meios para que a ação formativa aconteça.

Quando a formação e a organização sindical são vistas a partir deste ponto constitui-se, naturalmente, uma concepção de formação que é orientadora e orientada pela ação sindical, de modo que os processos formativos se beneficiem cada vez mais das formas organizativas e as organizações se fortaleçam com o dinamismo dos processos formativos. Ou seja, a formação está para a ação sindical, assim como a organização esta para luta sindical. É por isso que a relação organização sindical e a formação é indivisível.

Veja o que diz um dirigente sindical durante o ENAFOR: “Minha vida mudou depois que entrei no movimento sindical, pois é um lugar que se aprende a ter visão de mundo, a relacionar o local com o global, a lidar com legislação, história, política, economia,

coordenação de processos, mobilização de grupos, negociação de políticas públicas ou setores patronais”.



Comente o texto com seu/a companheiro/a:

- Que leitura fazemos dessa afirmação?
- Que desafios chamamos para o cotidiano sindical?
- O que essa afirmativa nos revela?

Se compreendermos que o **MSTTR** é um espaço de formação de sujeitos coletivos que ampliam suas relações sociais e políticas, produzem e se apropriam de vários tipos de conhecimentos, que contribuem para uma leitura crítica da realidade, somos capazes de perceber o potencial político que este movimento tem para com a transformação política da sociedade e emancipação dos sujeitos.

O **MSTTR** é visto pelos/as dirigentes, lideranças e assessores/as como uma grande escola, e uma escola diferente da convencional, por que nesta “escola”, chamada movimento, as pessoas aprendem a dar um novo sentido à vida individual e coletiva, a disputar projeto de sociedade, onde se vivencie novas relações sociais de gênero, de geração, de raça e de etnia. Onde se valorizam as múltiplas dimensões da vida.

Afinal, é por meio do **MSTTR** que os trabalhadores/as se apropriam da escrita, da leitura e interpretam o mundo rural e suas especificidades. É também o lugar de revisitar a história com olhar de classe e reinterpretá-la sobre a nossa ótica e alimentar a utopia de construção de um outro mundo possível.

Muitos espaços formativos podem ser relacionados. Uns decorrentes do modelo de organização como: secretarias, coletivos, comissões, e outros relacionados à forma de gestão político-sindical das entidades como: congressos, conselhos, plenárias. Estes espaços constituem-se em lugares potencialmente formativos e propícios à construção de referenciais comuns. O **PADRSS** é um exemplo desse potencial. Torná-los lugar de reflexões sobre a **PNF** e aprofundamento da formação é pressuposto ao fortalecimento da luta sindical. Além disso são nestes espaços que os diálogos entre os sujeitos que formulam, desenvolvem e vivenciam as ações formativas ocorrem e estimulam:

- a realização de ações formativas específicas em diferentes secretarias;
- o exercício de princípios democráticos e participativos viabilizando aproximação entre direção e base.



- a) A formação que fazemos esta contribuindo para que essa “grande escola” aprimore cada vez mais seus espaços de aprendizagens, amplie seu efeito multiplicador e aprofunde seu potencial transformador? De que forma isto tem acontecido?
- b) Que outras aprendizagens você tem construído no MSTTR?

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO - PNF

A PNF é um referencial político e pedagógico que, por meio dos pressupostos - **transformar realidades e emancipar sujeitos** - conjuga seus dois fundamentos - **PADRSS** e **PPP** - e formula as diretrizes, os princípios pedagógicos, as abordagens e estratégias políticas para a efetivação da ação formativa. Resgata, articula e formula orientações para que a luta sindical geral seja articulada às específicas. Reflete, e problematiza sobre a luta sindical e suas organizações, o campo e sua diversidade, os sujeitos e suas especificidades, as identidades individuais e coletivas, dando contornos e abordagens que reflitam sobre os sujeitos e suas práticas. Então podemos dizer que: a **PNF** sugere uma retomada das discussões sobre ideologia e luta de classe - luta contra hegemônica –, articula a ação sindical à ação formativa, fortalece as organizações sindicais. Por isso para compreendê-la é necessário compreender também o **PADRSS** e **PPP**.

O que queremos com a PNF

Dinamizar a ação sindical, revitalizar a prática dos dirigentes, fortalecer a ação sindical e contribuir com a transformação da realidade por meio:

- a) do desenvolvimento de ações formativas que primem por conteúdo político e ideológico orientado para os sujeitos e suas ações, a organização sindical, a luta da classe e as disputas de projetos de sociedade;
- b) da sistematização, socialização, implementação de referenciais político-pedagógico que favoreçam a emancipação dos sujeitos e a mudança de suas práticas;
- c) da constituição de um sistema de formação político-sindical, voltado para militantes

do **MSTTR** sejam elas/es: lideranças, assessores/as, dirigentes, com destaque para mulheres e jovens;

d) da adoção de prática pedagógico-metodológica que construa uma concepção pluralista e democrática de formação, possibilitando aos educandos/as acesso às diferentes visões existentes;

e) do experimento de formação continuada em áreas temáticas que possibilitem dialogar, interagir e aprofundar reflexões sobre o **PADRSS**;

f) do desenvolvimento de estratégia pedagógico-metodológico voltada para a formação político-sindical que valorize o debate sobre concepção e prática sindical, identidade, o campo e sua diversidade, DRSS, política pública e inclusão social, modos de produção e visão de mundo, democracia e participação cidadã, organização e gestão sindical.

Para que a **PNF** se torne realidade é necessário que seja assumida enquanto referencial político-pedagógico comum por todos/as sujeitos que fazem a luta sindical acontecer. Ou seja, é preciso que a **PNF** seja articulada nacionalmente. Estamos dispostos a fazer isso? Então, as práticas formativas exercitadas no fazer pedagógico-metodológico correspondem às orientações formuladas na **PNF**? É possível nos tornarmos sujeitos coletivos orientados por um projeto comum que tem como finalidade: **transformar realidades e emancipar sujeitos**?

Que concepção a PNF toma para si e por que motivo

Sinalizamos em vários momentos quando procuramos dizer o que é e o que queremos com a **PNF**, especialmente quando explicitamos sua finalidade e quais concepções orientam a **PNF**. Não é difícil entender porque a formação do **MSTTR** bebe em várias fontes, assim como não é difícil também entender porque a **PNF** toma para si a concepção da educação popular. Muito menos quando conjuga dimensões da concepção Marxista e Gransciana, quando traz o debate ideológico sobre sociedade e luta classe, com dimensões da pedagogia freiriana e de outros autores, quando se referencia aos princípios e diretrizes pedagógico-metodológicos que devem orientar a prática formativa.

Estas concepções guardam intrínseca relação de modo que uma complementa a outra. Quando nos referenciamos aos aspectos da luta de classe estamos bebendo na fonte de Marx, Gransci e de outros autores, e quando expressamos aspectos da pedagogia relacionamos naturalmente à educação popular. É por isso que ambas compõem, político e pedagogicamente, os fundamentos teóricos e metodológicos da ação formativa orientada na **PNF**. Então, imaginem a PNF como um tripé que pode ser assim traduzido:



Esse tripé pedagógico articula os fundamentos políticos e pedagógico-metodológicos da **PNF**, **PADDRS** e **PPP** que dão concretude à prática formativa. Expressa ainda os focos de abordagens, os princípios políticos e pedagógico-metodológicos. Demonstraremos em seguida as concepções destes fundamentos para exemplificar por que são estruturadores da **PNF**.

PARA REFLETIR...



- a) A nossa prática cotidiana está propiciando a construção de uma política nacional de formação orgânica e politizadora da ação sindical do MSTTR?
- b) A diversidade dos sujeitos na ação formativa está sendo contemplada? De que maneira isso acontece?
- c) A formação tem sido o lugar de tematização crítica da prática sindical?
- d) Como assegurar a formação crítica e criativa para transformação e emancipação humana?

a) Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

O processo de modernização da agricultura brasileira – conservador, parcial, excludente e ecologicamente insustentável - acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo brasileiro, incrementando a luta por reivindicações históricas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - **MSTTR**, que surgem para superar os prejuízos sociais e políticos causados pelo modelo agrário e agrícola imposto ao país. Este processo de desenvolvimento e as recentes transformações no meio rural, mantendo o seu caráter concentrador de terra e renda, criam demandas e exigem respostas cada vez mais complexas e diversas por parte do movimento sindical. É o que o **MSTTR** procura fazer quando formula o **PADRSS** e pauta o debate sobre a construção de um projeto de sociedade.

De lá pra cá, os debates e as deliberações dos Congressos da **CONTAG** foram dando nome e sobrenome ao **PADRSS**, que traduz-se: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - realização de uma ampla e massiva Reforma Agrária, valorização e fortalecimento da Agricultura familiar. O **PADRSS** tornou-se **referencial político para a luta sindical e para a PNF**.

Para compreender o seu significado na luta sindical é importante entendê-lo a partir dos significados das palavras que o compõe. É o que procuramos fazer em seguida:

- Explicita as projeções e possibilidades, estratégias e frentes de lutas, por isso que ele não é uma sistematização conclusa, mas sim, uma construção coletiva do cotidiano sindical, é um **PROJETO SINDICAL**.
- É uma alternativa ao projeto predominante na sociedade (projeto hegemônico). Implica, por isso, na desconstrução de valores e conceitos impostos pelo neoliberalismo, na perspectiva de construir novos valores, conceitos e exercitar novas práticas. Por isso que é **ALTERNATIVO**.
- Questiona os sucessivos modelos de desenvolvimento, que sempre colocaram o mercado acima de tudo. Em contraposição a essa tendência, colocam os homens e as mulheres de todas as idades, raças, etnias e culturas no centro da sua ação estratégica. Por isso que este projeto é de **DESENVOLVIMENTO**.
- Resgata o espaço rural como lugar potencial de desenvolvimento, contrapondo-se à idéia do rural como lugar do atraso. Além disso, considera e valoriza os saberes e fazeres existentes na cultura camponesa. Por ser rural, é um Projeto que tem como principais **EIXOS**: uma ampla e massiva Reforma Agrária; a valorização, o

fortalecimento e a consolidação da Agricultura familiar; a geração de emprego e renda no campo e a superação de todas as formas de discriminação e desigualdade, especialmente, às fundadas nas relações sociais de gênero. É por isso que é focado no espaço **RURAL**.

- Estimula o equilíbrio na relação entre ser humano e natureza. Compreendendo o ontem como espaço permanente de reflexão na construção do agora, na perspectiva das gerações futuras. É por isso que é **SUSTENTÁVEL**.
- Contrapõe-se à lógica da competitividade capitalista, inserindo valores fundamentais que contribuem para uma nova sociabilidade, como a igualdade, a solidariedade, a fraternidade, a inclusão e a justiça social. É por isso que é **SOLIDÁRIO**.

Ou seja, o **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS** - é articulador de demandas gerais do campo considerando às especificidades regionais, culturais, produtivas, ambientais, organizativas, de gênero, geração, raça e etnia. Sua projeção orienta-se pela – ***“formulação e implementação de políticas de enfrentamento ao projeto neoliberal por meio da negociação de políticas públicas que superem o modelo agrário/agrícola brasileiro pautado no latifúndio e no agronegócio”*** – que significa ao mesmo tempo:

- imprimir mudanças na base tecnológica de produção;
- inversão de prioridades quanto aos investimentos produtivos; e,
- diversificação dos meios de produção.

É por isso que estrutura-se por **frentes de lutas estratégicas** como: *a realização de uma ampla e massiva reforma agrária; a ampliação, valorização e fortalecimento da Agricultura Familiar; a ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; a política permanente de valorização do salário mínimo; a proteção infanto-juvenil e erradicação do trabalho escravo; defesa de uma educação do campo diferenciada pública e gratuita; a saúde integral pública e gratuita; o respeito à auto-determinação das populações tradicionais; a preservação dos biomas e recuperação de áreas degradadas; a superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação, especialmente aquelas fundadas no gênero.* Estas frentes de luta articuladas entre si, constituem-se em fatores precursores de inclusão social com ampla distribuição de renda.

Comente com seu companheiro/a as experiências que teve/têm com o PADRSS, procurando identificar:

- As frentes de lutas desenvolvidas pelo sindicato que você participa.
- A relação existente entre as frentes de luta desenvolvidas com o **PADRSS**.
- Porque o PADRSS é o referencial político mais importante da PNF.



b) Projeto Político Pedagógico - PPP

É um referencial projetivo orientativo dos referenciais pedagógicos metodológicos para a ação formativa. Por isso ele combina: aspectos políticos, pedagógicos, metodológicos. Indica conteúdos, formas de abordagens e lógica política em consonância com princípios e intencionalidade política definida na **PNF** e no **PADRSS**. Então, o **PPP** é parte da **PNF**. Seu papel é conjugar e orientar metodologicamente, os referenciais políticos e pedagógico do **PADRSS** e a **PNF**. Por isso podemos dizer que o **PPP** formula as questões relacionadas à prática formativa e constitui-se de: aspectos pedagógicos e metodológicos voltados para os métodos, as técnicas, os princípios procurando articular coerentemente - conteúdo e forma – estimulando a criatividade e a crítica dos sujeitos envolvido, pressupondo:

- abertura aos diferentes saberes favorecendo a circulação do conhecimento e estimulando a geração de novos conhecimentos;
- utilização de várias linguagens: símbolos, gestos, tendo como princípio o respeito às diferenças e o empoderamento dos sujeitos;
- resignificação do sentido da luta, alimentando o sonho pela construção de uma sociedade diferente centrada em valores éticos, solidários, respeito e valorização às diferenças.

Trocando em miúdos

É no **PPP** que encontramos as estratégias pedagógico-metodológicos que dão forma à prática formativa, que orienta sobre as abordagens, os métodos e as técnicas, investigando a melhor forma para que a ação formativa atenda aos objetivos propostos. Por isso deve orientar-se pela construção coletiva de conhecimentos, pelo uso de dinâmicas apropriadas. Deve retomar a mística como alimentadora de nossas utopias, primando sempre pelo princípio da solidariedade que favoreça a inclusão e o protagonismo dos diversos segmentos da classe trabalhadora, considerando suas especificidades. Deve

valorizar, nos processos formativos, a dimensão investigativa, articulando com as dimensões pedagógicas e política e exercitar a sistematização das vivências, lançando mão de vários instrumentos e recursos pedagógico-metodológicos.



PARA REFLETIR...

- a) Em que medida essas orientações metodológicas estão presentes nas ações formativas que o Sindicato desenvolve?
- b) Quais tipos de atividades o Sindicato desenvolve e quais temas são refletidos?

OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PNF

Reafirmamos aqui a formação, enquanto articuladora dos referenciais teórico-pedagógicos e metodológicos, numa perspectiva de retro-alimentar a prática sindical para abordar os princípios que norteiam o fazer pedagógico na **PNF**, articulando ação-formação.

Partimos do pressuposto que os saberes técnicos e acadêmicos se conjugam com os saberes do povo, estabelecendo uma relação interativa sem hierarquização de conhecimentos. Essa relação busca a construção de novos saberes transformadores da realidade.

Então, uma formação política para uma ação transformadora da realidade deve ultrapassar os espaços dos processos cognitivos e estimular a construção de alternativas aos problemas identificados no cotidiano. Ao terem acesso ao instrumental teórico e metodológico, as pessoas transformam sua prática política, ao tempo em que se qualificam para atuar de modo a fazer avançar a organização e a luta dos/as trabalhadores/as rurais.

A **PNF** quando traz como referencial político o **PADRSS** afirma ser orientador das reflexões políticas e ao mesmo tempo essas reflexões devem gerar formulações que fortaleçam sua dimensão política estruturadora, referenciada no organograma acima e na estratégia do **PADRSS**. É por isso que a **PNF** fundamenta-se pelos princípios:

- A formação ***deve ser continuada***, tendo o **PADRSS** enquanto temática obrigatória, evidenciando a contraposição ao projeto político predominante.
- Deve estimular uma ***leitura crítica do universo rural***, suas dinâmicas e demandas,

questionando os antigos valores e construindo novos, que dêem conta desse novo sujeito/a.

- Deve estimular a compreensão dos/as trabalhadores/as sobre os **eixos táticos e estratégicos do PADRSS**.
- Deve contribuir para uma nova postura individual e coletiva, capaz de fortalecer as iniciativas em torno do equilíbrio dos aspectos ambientais, econômicos e sociais.
- Deve contribuir para a **afirmação de identidades sócio-culturais**, difusão de valores éticos, de justiça e solidariedade, superação de preconceitos, incentivo à participação democrática, à construção da autonomia e pela liberdade, ao crescimento da consciência e do respeito das diferenças de gênero, raça e geração.
- Deve recusar as visões únicas e as verdades pré-estabelecidas. Deve trilhar pela pluralidade de idéias, pela crítica e pela criatividade.
- Deve contribuir para que as diferenças se evidenciem no espaço formativo, respeitando e valorizando ritmos e tempos’ da construção coletiva do conhecimento.

Sujeitos dinâmicos são fundamentais para tornar concreta a realização destes princípios. O compromisso com a ação transformadora requer que se avalie continuamente a prática dos diversos sujeitos e estimule a capacidade de crítica e auto-crítica. Sujeitos capazes de re-elaborar sua própria prática e, ao mesmo tempo, o processo formativo.

Afinal estamos nos referindo ao desenvolvimento de práticas **educativas que considere as múltiplas dimensões da subjetividade humana, contemplativas das particularidades dos sujeitos envolvidos**. Um processo que trabalhe o acolhimento, a afetividade, e outros aspectos fortalecedores das identidades individuais e coletivas. Uma formação integral que considere o ser humano na sua totalidade e suas relações com o mundo passa necessariamente pela construção de saberes a partir da interdisciplinaridade entre as diversas áreas de conhecimento, tendo como referência o mundo do trabalho, as relações sociais, a cultura vivida pela população do campo e outras peculiaridades do mundo rural.

AS MODALIDADES FORMATIVAS

São duas as modalidades formativas que dimensionam a concepção formativa do MSTTR: **a formação programada** e a **formação na ação**. Estes dois “lugares” são intencionalmente voltados para planejar ação, politizar o cotidiano sindical, formar

sujeitos autônomos, des-construir valores (individuais e coletivos) e construir sujeitos novos, afirmar a identidade de classe e respeitar as diferenças especificidades.

O que denominamos de formação programada

É aquela que acontece por meio de cursos presenciais e/ou à distância e ainda seminários, oficinas. E todo espaço constituído para realizar uma atividade educativa, que tem começo, meio e fim. Que tem a intencionalidade bem definida e persegue uma progressiva qualificação metodológica, de modo a alcançar ao mesmo tempo efeitos: formador e multiplicador.

E a formação na ação

É aquela que ocorre no cotidiano sindical: participação em congressos, plenárias, ações de mobilizações de massa como (Gritos da Terra, Marcha das Margaridas e Festival Nacional da Juventude) intercâmbios, assembléias, acampamentos. Estes espaços, embora estimuladores de reflexões sobre a prática sindical e sobre o avanço da luta, não são constituídos especificamente para desdobrar uma ação formativa propriamente dita. Ela lança mão de alguns aspectos da ação formativa quando traz o cotidiano sindical para reflexões e tomada de decisões. Mas não é feito deste espaço um lugar de aprofundamento político. É por isso que não se confunde com a formação programada. Ela é uma modalidade que pode potencializar e complementar a ação programada desde que seja intencionalmente planejada com esta finalidade.

Então podemos dizer que:

Tudo que fazemos para transformar a ação sindical e fortalecer as organizações dos trabalhadores/as é formação na ação? Assim, as assembléias, reuniões formais e informais, negociações com o poder público e o patronato, tudo é formação na ação, desde que os sujeitos envolvidos tenham consciência da ação, ou seja, o que estão fazendo e por que. Que papel assume e qual é a intencionalidade da ação. É o desenho estratégico da ação e o protagonismo dos sujeitos que caracteriza a atividade como formação na ação.

O que chamamos de efeito formador

Momentos interativos da relação dialética prática-teoria-prática em cursos, seminários, oficinas, procurando assumir cada vez mais caráter de “prática criadora”, favorecendo a troca de experiências e aprendizagens e enfatizando a experimentação e o aprender fazendo.

Neste sentido, é importante haver:

- Estímulo ao aprimoramento do Roteiro Metodológico, garantindo coerência e lógica interna a cada atividade formativa (relação entre objetivos, métodos e técnicas, forma e conteúdo, tempo e programação, público e temáticas).
- Favorecimento a uma ampla participação na construção de conhecimentos.
- Promoção e aprimoramento do papel dos que coordenam e assessoram, de modo que possam costurar e tecer a contribuição de todos, assumindo sua competência específica e incorporando o saber historicamente acumulado.

E o que chamamos de efeito multiplicador

Não devendo confundir com mera repetição ou repasse mecânico de conteúdos e sim do entendimento de que todas as pessoas envolvidas num processo formativo podem e devem contribuir ativamente na ação formativa. Então, cada educando/a assume responsabilidade com sua formação e com a formação de outros/outras, exercitando assim o princípio da co-formação. Desse modo, é necessário:

- Promover a formação de educadores/as, que conheçam e interajam com as opiniões e os acúmulos decorrentes das experiências existentes.
- Estimular a crítica e a capacidade das lideranças e dirigentes, no sentido de elaborarem e implementarem uma política de formação em suas respectivas áreas de atuação.

a) Em que medida os princípios aqui formulados questiona a prática formativa do MSTTR e em que medida a sua prática formativa questiona esses princípios?

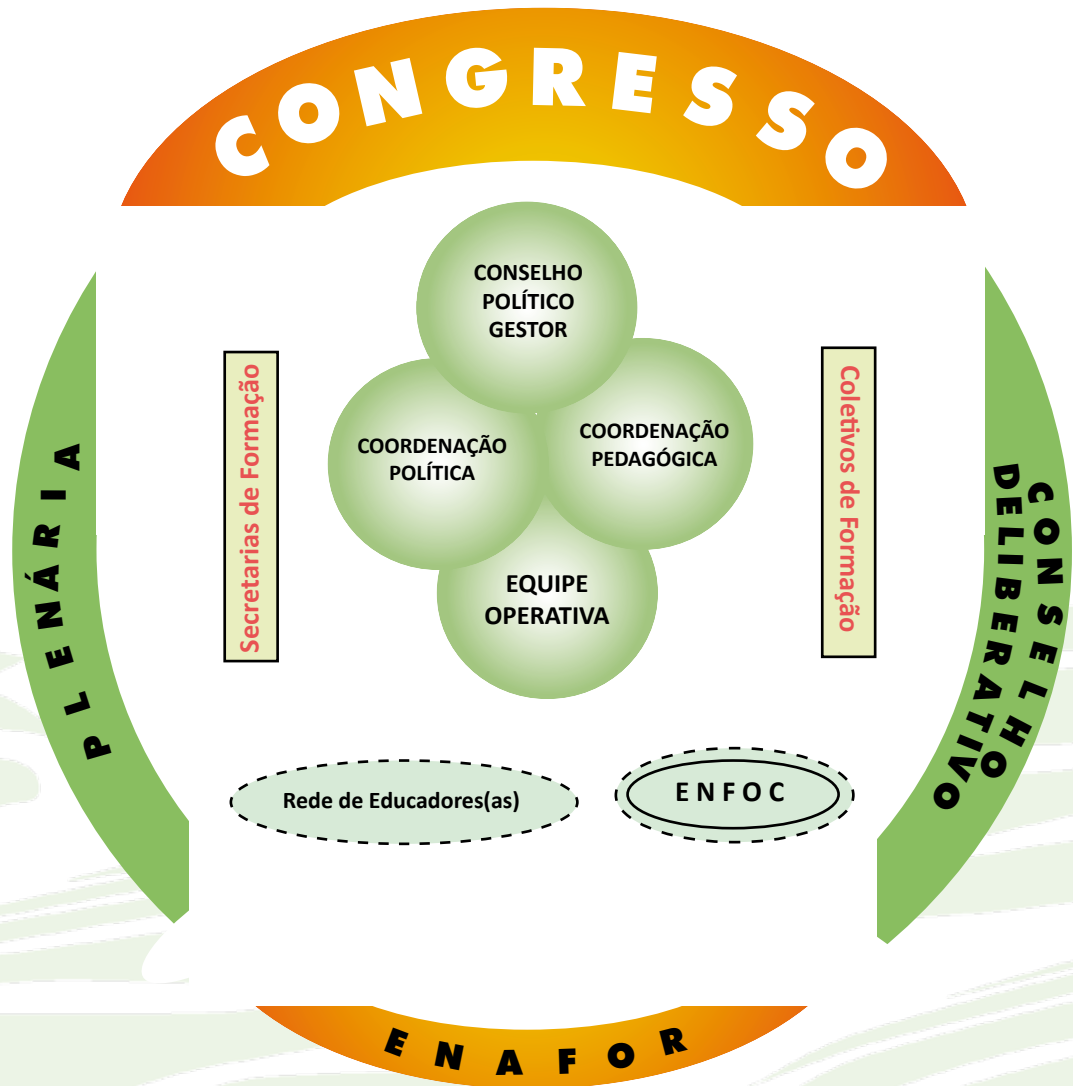
b) Em sua opinião, as assembléias, reuniões, plenárias, conselhos realizadas pelo sindicato que frequenta são atividades formativas?

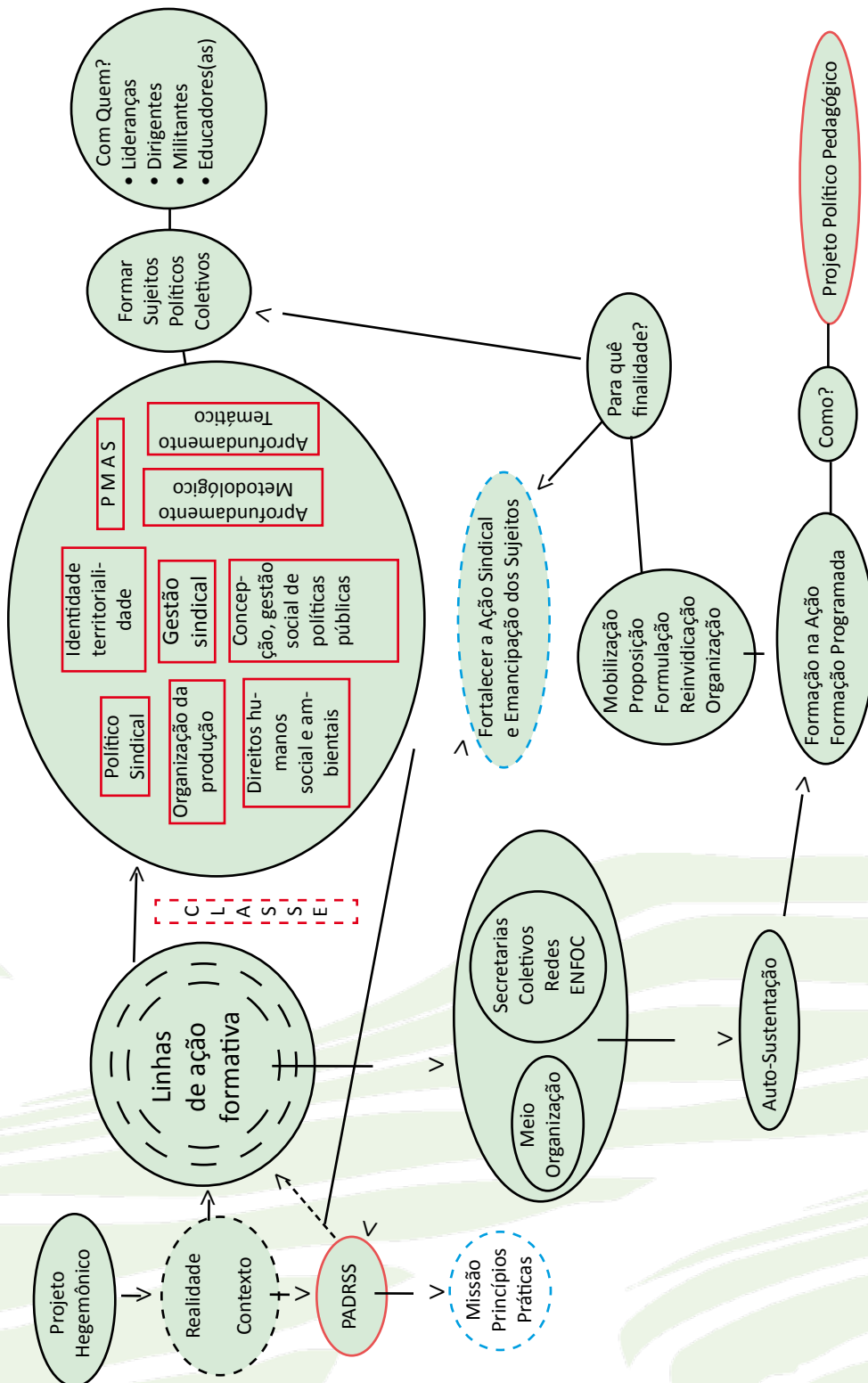


Assim tanto a formação programada como a formação na ação incorporam significativas mudanças no fazer político e pedagógico-metodológico do MSTTR, ao reafirmar o PADRSS e PPP enquanto fundamentos da ação formativa e a ação formativa como potencializadora da luta sindical.

A ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PNF

ESPAÇOS DE GESTÃO, PROPOSIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PNF





BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Anais do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- Por uma Política Nacional de Formação do MSTTR - Versão para 1º Itinerário do Curso de Formação Político-Sindical - ENFOC
- Projeto Político Pedagógico do MSTTR - PPP - Versão para 1º Itinerário do Curso de Formação Político-Sindical - ENFOC
- Revista 40 anos da Contag



**ESCOLA NACIONAL DE
FORMAÇÃO DA CONTAG**

Lugar de transformação política

